



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638378 - SP (2021/0000745-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANE CRISTINA MASKE DE FARIA CABRAL - SP421837  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIO CESAR BONALUME (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CESAR BONALUME em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500977-70.2017.8.26.0567).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 3 meses de reclusão, no regime inicialmente fechado e de 625 dias-multa pela prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006). Posteriormente, a apelação defensiva foi desprovida pelo Tribunal de origem.

Nesta via, a impetrante sustenta a ausência de provas a respeito da destinação comercial da droga apreendida, reputando necessária a absolvição ou a desclassificação para o delito do art. 28 da Lei de Drogas.

Aduz, ainda, ser desproporcional o aumento de 1/4 na pena, realizado em razão da reincidência, salientando haver o registro de apenas duas condenações anteriores capazes de justificar a majoração.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para absolver o réu, desclassificar o delito imputado para o do art. 28 da Lei de Drogas ou reduzir as reprimendas impostas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente